



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
CAPÍTULO 2	18
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
CAPÍTULO 3	29
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
CAPÍTULO 4	44
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
CAPÍTULO 5	61
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
CAPÍTULO 6	77
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
CAPÍTULO 7	84
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

CAPÍTULO 8	100
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	
CAPÍTULO 9	111
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6641911039	
CAPÍTULO 10	123
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
DOI 10.22533/at.ed.66419110310	
CAPÍTULO 11	138
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
DOI 10.22533/at.ed.66419110311	
CAPÍTULO 12	155
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
DOI 10.22533/at.ed.66419110312	
CAPÍTULO 13	169
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.66419110313	
CAPÍTULO 14	185
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110314	
CAPÍTULO 15	199
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66419110315	

CAPÍTULO 16	209
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110316	
CAPÍTULO 17	216
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110317	
CAPÍTULO 18	229
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110318	
CAPÍTULO 19	244
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110319	
CAPÍTULO 20	261
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
DOI 10.22533/at.ed.66419110320	
CAPÍTULO 21	278
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.66419110321	
CAPÍTULO 22	295
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110322	

CAPÍTULO 23	307
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110323	
CAPÍTULO 24	323
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.66419110324	
CAPÍTULO 25	332
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
DOI 10.22533/at.ed.66419110325	
CAPÍTULO 26	345
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
DOI 10.22533/at.ed.66419110326	
CAPÍTULO 27	361
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
DOI 10.22533/at.ed.66419110327	
CAPÍTULO 28	373
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.66419110328	
CAPÍTULO 29	397
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
DOI 10.22533/at.ed.66419110329	

CAPÍTULO 30 410

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.66419110330

CAPÍTULO 31 443

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

DOI 10.22533/at.ed.66419110331

SOBRE O ORGANIZADOR..... 428

ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO

Anselmo Hudson Nascimento Siqueira

Universidade Vila Velha
Vila Velha – Espírito Santo

RESUMO: o objetivo deste artigo é investigar o associativismo enquanto instrumento de participação e representação política no Brasil, entendendo o associativismo como a possibilidade de grupos de pessoas defenderem interesses específicos junto ao poder político institucional através de uma pessoa jurídica constituída. A pesquisa empírica contou com um levantamento de informações secundárias sobre o associativismo no Brasil, assim como foram estudadas três associações no Estado do Espírito Santo por meio de entrevistas individuais em profundidade. As conclusões indicam que o associativismo por um lado apresenta um caráter heterogêneo em sua formação e atuando institucionalmente de forma desconectada e descoordenada. Por outro lado, se fortaleceu com a redemocratização do país, se multiplica sob a forma de demandas sociais e atua para combater os problemas de funcionamento dos poderes instituídos, em sintonia com a complexidade da sociedade atual.

PALAVRAS-CHAVE: associativismo, participação, representação, democrática.

ABSTRACT: the objective of this article is to investigate associativism as an instrument of political participation within the political regime now in force in Brazil, understanding associativism as the possibility of groups of people to defend specific interests before the institutional political power. To this end, an information gathering regarding associativism in a local and national perspective has been done, alongside 03 local associations having been studied while aiming to understand their distinctive actions before political power. The theoretical framework has considered a democratic theory, which discusses the manners of political participation, the theory that handles associativism and the concept of space and social representation. Associativism strengthens itself with the country's redemocratization, multiplies itself under the shape of social demands and acts in order to combat the problems resulting from established powers, in line with the complexity of the current society.

KEYWORDS: Association; Democracy; Participation; Representation.

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 fala de igualdade de todos perante a lei, porém o quadro social e econômico das famílias no Brasil é desigual.

Quando a igualdade econômica não está presente, dificilmente haverá igualdade jurídica e política nas disputas pelos respectivos interesses em sociedade. Jean-Jacques Rousseau afirma que quanto maior a igualdade econômica entre as pessoas, maiores são as chances de também existir igualdade na defesa pelos respectivos interesses políticos.

É possível identificar um conjunto de iniciativas originadas na sociedade civil, sem vínculo partidário ou institucional, no qual um grupo ou grupos de pessoas se reúnem para defender interesses específicos. Interesses esses que guardam relação com a busca da igualdade econômica e política que trata Rousseau. Essa iniciativa de reunião e defesa de interesses específicos é que será chamado de associativismo nesse artigo, procurando contribuir para o debate sobre em que medida esse tipo de instrumento social se constitui em formas de participação que possam contribuir para o regime político dominante.

Analisando o passado político recente do Brasil, a eleição de Tancredo Neves para Presidente da República (numa votação indireta realizada pelo Colégio Eleitoral da Câmara Federal) marcou o fim da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Nesse período de 30 anos de redemocratização do processo político (1985-2015) o Brasil passou por 16 pleitos eleitorais, elaborou uma nova Constituição Federal (1988) e escolheu quatro Presidentes da República pelo voto direto, incluindo nessa perspectiva a possibilidade de reeleição.

Esse breve relato da história política recente do Brasil torna-se necessário para se constatar que, passados 30 anos da reabertura política, não se discute mais a manutenção ou não da democracia enquanto regime político (MOISES, 2012), com as instituições garantindo a relação de força entre os poderes. Nesse sentido, a discussão atual ganha foco sobre a melhoria na qualidade do regime democrático, um dos temas mais estudados no mundo acadêmico contemporâneo.

Dentre as correntes que tratam da qualidade do regime democrático (GUGLIANO, 2013) existe um ponto consoante que merece destaque no meio de tantas divergências de opinião sobre o tema: a presença da liberdade de livre associação (associativismo) como fator fundamental na determinação da qualidade da democracia. Ou seja, uma das condições para que um país seja considerado democrático é a possibilidade da população se reunir para reivindicar e defender seus interesses diante do poder político instituído.

Este artigo utilizará como referência o espírito associativista citado por Alexis de Tocqueville em seu livro *A Democracia na América*. A inserção nos conceitos do associativismo será iniciada através da seguinte pergunta: pode a livre associação ser o caminho para a melhoria na qualidade da participação, através de ações de representação política? Alexis de Tocqueville acreditava que sim. Ao pesquisar a América do Norte no fim do século XVIII, o autor enxergou no povo norte-americano uma característica distintiva: a capacidade de reunião das pessoas em torno de um interesse comum.

Alexis de Tocqueville descreve a livre associação como aspecto cultural, que para o povo norte-americano ocorre desde a idade tenra, ensinando o hábito das crianças em articular seus interesses, criar suas regras de convívio e decidir conforme o estabelecido:

O habitante dos Estados Unidos aprende desde o nascimento que deve contar consigo mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida: ele lança à autoridade social um olhar desconfiado e inquieto, e só apela para o seu poder quando não pode dispensá-lo. Isso começa a se perceber desde a escola, onde as crianças se submetem, até mesmo nos jogos, a regras que elas mesmas estabelecem e punem entre si os delitos que elas mesmas definem. O mesmo espírito se encontra em todos os atos da vida social. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219)

Neste contexto, é possível problematizar a prática associativista na relação entre reivindicação, participação e representação política? Quais as características do associativismo enquanto ferramenta de participação política? Qual a representatividade nacional das associações? Quais as características do associativismo realizado no Espírito Santo? Para responder a estas perguntas, o texto é formado, além desta introdução e das conclusões finais, pelas seções sobre o conceito de associativismo, o quadro estrutural do associativismo no Brasil e por algumas práticas do associativismo no Espírito Santo. A base empírica utilizou como metodologia a análise de dados secundários oficiais (FASFIL, IBGE 2010) e a realização de entrevistas individuais em profundidade com os responsáveis por 03 associações com atuação no Estado do Espírito Santo.

O CONCEITO DE ASSOCIATIVISMO: DEFESA DE INTERESSES, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DENTRO DO REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Do ponto de vista semântico, associação significa *ato ou efeito de associar*. E associar, por sua vez, significa “unir, juntar (duas ou mais coisas); reunir em sociedade; estabelecer relação; identificar-se como afim; (DICIONÁRIO AURELIO, 2012, p.73).

As associações se inserem na perspectiva social que se convencionou chamar de terceiro setor e consistem em organizações privadas de interesse público (o primeiro setor é o aparato público e o segundo setor a iniciativa privada). O terceiro setor é composto por entidades não governamentais, que possuem gestão própria, são voluntárias, sem fins lucrativos e legalmente constituídas, ou seja, são pessoas jurídicas.

Do ponto de vista Constitucional, os incisos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI do Art. 5º da Constituição Federal trata dos direitos e deveres do associativismo no Brasil, afirmando o livre direito de reunião das pessoas e a plena liberdade de associação e criação de associações.

É grande a corrente de autores que afirmam que as associações ganharam força a partir da Constituição de 1988. Ligia Helena Lüchmann, em seu artigo “Modelos

contemporâneos de democracia e o papel das associações”, afirma que “há uma grande dificuldade para uma definição precisa de “associação”, ao ponto de perguntarmos se seria possível, frente à multiplicidade de práticas associativas, estabelecer características gerais que permitam algumas distinções sem recair em reduções e simplificações” (LÜCHMANN, 2008, p 61-62). Neste contexto de heterogeneidade, chama a atenção para a necessidade de entender as ações associativas como formas autônomas e legítimas, porém não necessariamente voltadas para a defesa do fortalecimento dos critérios que definem a qualidade da democracia. Ou seja, pelo fato do associativismo tratar da defesa de interesses de grupos específicos, não necessariamente esses interesses estarão voltados para o fortalecimento das questões democráticas.

Por outro lado, LÜCHMANN, ao discorrer sobre o papel do movimento associativo no processo político democrático, identifica perspectivas que

apontam que as associações contribuem para a promoção de bons cidadãos; fortalecem laços coletivos pautados em confiança, cooperação e espírito público; representam grupos e setores mais vulneráveis e excluídos; publicizam demandas e problemas sociais; e promovem e ocupam espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas”. (LÜCHMANN, 2013, pg.1)

Uma das características principais da prática do associativismo é o seu caráter institucional, que procura trabalhar através da constituição de uma pessoa jurídica. Sobre esse aspecto, Paul Hirst é citado por LÜCHMANN (2012), no que diz respeito ao posicionamento estratégico da atuação das associações no cenário atual:

Não são os indivíduos e nem certa ideia de sociedade civil dispersa e formada por grupos periféricos que vão garantir, frente a um mundo econômico operado por corporações poderosas e um sistema político sobrecarregado por burocracias estatais, uma reforma pautada na boa administração e na responsabilidade pública nos diferentes domínios sociais.[]... São as associações voluntárias autogovernadas, constituídas, portanto, por mecanismos internos democráticos [] há um conjunto de necessidades individuais que não podem ser satisfeitas pela ação privada de indivíduos isolados, e certas liberdades que só podem ser perseguidas de maneira coletiva.(LÜCHMANN, 2012, p. 68)

Do ponto de vista jurídico, o conceito de associação está contido dentro do termo ONG (Organização não-governamental), “organizações da sociedade civil, as organizações privadas, separadas do Estado, sem fins lucrativos e que desenvolvem atividades com o intuito de propiciar benefícios para a sociedade ou para grupos específicos.” (BRELAZ, 2008, p. 01).

Porém, as ações práticas das associações estudadas nesse artigo diferem das ações práticas das ONGS, que tem seu foco de atuação voltado para suprir as deficiências do setor público em sua responsabilidade de cuidar das ações sociais, culturais e ambientais. O conceito de associação e por consequência do associativismo adotado tem como foco de análise aquelas organizações que defendam interesses específicos da sociedade civil diante do poder público institucional. Ou seja, esta

análise vai se referir ao associativismo como uma liberdade de constituir organizações sociais com o pressuposto que essa liberdade e essas organizações tenham o poder de interferir nas instituições e nas deliberações públicas.

Leonardo Avritzer afirma que a prática da participação política através de associações da sociedade civil fortalece a consciência cívica, permitindo que o cidadão participe da vida política sem necessariamente ter que se candidatar a algum cargo eletivo, defendendo a maior integração entre a representação e a participação, trazendo o conceito de públicos participativos, também preocupado com o caráter cívico da participação política.

Evelina Dagnino cita “uma nova face do processo de relação entre Estado e a Sociedade Civil”, caracterizada pelo aumento do associativismo e a emergência de movimentos sociais organizados (dentre outros fatores), se expressando através de “uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta” (DAGNINO, 2002, p. 13).

Este artigo não tem como objetivo encontrar formas de superação do modelo representativo vigente nos regimes democráticos, especialmente o Brasil. As críticas que porventura venham a ser feitas ocorrem com a intenção de contribuir para a melhoria do regime político vigente através de uma visão pragmática de entendimento da realidade, especialmente considerando o associativismo como um mecanismo democrático útil e atuante na busca pela melhoria da qualidade do regime político vigente.

A liberdade de participação política é um dos fundamentos democráticos mais estudados e valorizados. Robert Dahl, em seu conceito de Poliarquia, trabalha a relação entre a liberdade ao debate e direito pleno ao voto direto e universal. Quando essas duas condições estão plenamente estabelecidas a sociedade viverá um regime democrático pleno, que o autor denomina de Poliarquia.

Autores como Boaventura Santos possuem uma avaliação negativa sobre o modelo representativo ao mesmo tempo em que são favoráveis ao modelo participacionista, cogitando inclusive uma maior complementariedade entre os dois modelos democráticos.

Segundo Carole Pateman, a crítica que a teoria da democracia liberal sofre é que para o modelo de representação funcionar, as demandas sociais dos representados precisam estar plenamente satisfeitas. Ou seja, se a população estiver insatisfeita com algum serviço ou com a forma de funcionamento da estrutura pública o modelo representativo será colocado em dúvida.

O contexto teórico acima apresentado coloca o associativismo como instrumento de aprimoramento das falhas democráticas no regime liberal que atualmente não atende mais às demandas sociais, na medida em que a vida em sociedade se torna cada vez mais complexa.

Exigir que essas falhas democráticas sejam corrigidas através da defesa de interesses pela via do associativismo é outro argumento utilizado pelos autores e

será pesquisada através das instituições, procurando identificar até que ponto essa prática associativa é capaz de proporcionar maior senso de responsabilidade cidadã, na medida em que leva as pessoas a pensarem, se organizarem e agirem na defesa daquilo em que acreditam.

Por outro lado, ações coletivas não necessariamente podem ser consideradas benéficas para a sociedade, na medida em que podem reivindicar direitos que firmam o conceito de cidadania de terceiros. E esse aspecto aparentemente contraditório na prática associativa está em sintonia com as ações de defesa de interesses contidas no próprio seio da sociedade atual, igualmente complexa.

O QUADRO ESTRUTURAL DO ASSOCIATIVISMO NO BRASIL: HETEROGENEIDADE E DESCONNECTIVIDADE NA ATUAÇÃO ASSOCIATIVA

O crescimento do associativismo no Brasil pós constituição de 1988 é notável. A principal referência de informações encontrada é o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL (IBGE 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), numa parceria com a Associação Brasileira e Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Este estudo teve como objetivo mapear o universo associativo e fundacional, no que se refere a sua finalidade de atuação e distribuição geográfica no Brasil.

Em 2010 o Brasil totalizou 290.692 associações formais. Deste total, 208.732 foram formadas a partir da década de 90, o que representa uma proporção de 71,8% de todas as fundações em atividade no país, ou seja, quase a maioria absoluta das associações nascem a partir das leis contidas na Constituição de 1988, fortalecendo a prática associativa no Brasil.

A heterogeneidade é a palavra que define o universo de associações no Brasil, com destaque para a religião (28,5%), para os partidos políticos e associações patronais/sindicais (15,4%), e Desenvolvimento e Defesa de direitos (14,6%).

Num esforço de refinar as associações dentro do foco deste artigo, será considerada apenas a categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” para análise, sob a justificativa de que o referencial teórico trabalha a atuação da associação enquanto instrumento de participação política. E nesse aspecto esta categoria “desenvolvimento e defesa de direitos” encontra as seguintes subclassificações:

Subclassificações	Nº associações	(%)
Associações de Moradores	13.101	30,9
Centros e associações comunitárias	20.071	47,3
Desenvolvimento Rural	1.522	3,6
Emprego e treinamento	507	1,2
Defesa de direitos de grupos e minorias	5.129	12,1
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2.133	5,0
Total - Desenvolvimento e defesa de direitos	42.463	100

Tabela 1 – Subclassificação da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”

Fonte: Estudo Fasfil 2010. Elaboração do autor

Dentro das subclassificações contidas na tabela 1 apenas a subclassificação “emprego e treinamento” não poderia ser considerada dentro do escopo de análise deste artigo. Num esforço de refinamento e utilizando um critério de classificação mais rigoroso, utilizar-se-ia, para efeito de análise, apenas a subclassificação “defesa de direitos de grupos e minorias” e “outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos” como a subclassificação que representa o conceito de participação e representação política dentro do escopo deste artigo.

Segundo o IBGE, estão contidas nessa subclassificação as associações de defesa de direitos das mulheres, de crianças, adolescentes, pessoa com deficiência, pessoa portadora do vírus HIV, negros, população indígena, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros; as associações de donas de casa; as associações de estudantes e os diretórios acadêmicos; as associações de veteranos e de aposentados; e as associações de anistiados.

Uma vez definido o público alvo e retomando a análise sobre o setor associativo no Brasil, é possível identificar uma concentração destas instituições na região Sudeste.

	Nº de associações	(%)
Brasil	5.129	100
Norte	203	3,96
Nordeste	1.610	31,39
Sudeste	1.750	34,12
Sul	1.298	25,31
Centro-Oeste	268	5,23

Tabela 2 - Nº de associações da categoria “Desenvolvimento e defesa de direitos”, segundo as regiões do país

Fonte: Estudo Fasfil 2010. Elaboração do autor

Diferente do quadro geral nacional apresentado pelas organizações como um todo, quando analisamos especificamente o quadro de associações no desenvolvimento e defesa de direitos, as regiões Sudeste e Nordeste se destacam em comparação às demais. O refinamento na análise por subclassificações permite enxergar realidades

diferentes entre as regiões do país, o que novamente qualificaria uma prática de fomento e estímulo à prática associativa nacional, através da identificação de fragilidades e potencialidades regionais e sugere que podem existir vocações associativas em cada Estado brasileiro que precisam ser identificadas e potencializadas. O debate sobre o novo marco regulatório das organizações civis não trata especificamente da categorização e áreas de atuação das associações, se atendo basicamente às questões jurídicas de financiamento junto ao setor público e aspectos sobre a prestação de contas das organizações civis. Uma das características da natureza de funcionamento das associações que são foco deste artigo é exatamente a autonomia financeira com relação tanto a iniciativa privada quanto ao setor público, fazendo com que a discussão sobre o marco regulatório fique fora do escopo de análise.

Pensando na criação de alguns indicadores de desempenho, e considerando que em 2010 o Brasil contava com aproximadamente 190 milhões de pessoas, é possível trabalhar com a proporção 01 associação para cada grupo de 656 pessoas em nível nacional. Considerando a relação população x associações, é possível afirmar que quanto menor o resultado desta relação, maior é a presença de associações na referida localização. Tomando esse conceito como parâmetro, é possível afirmar que a Região Sul é a mais ativa do ponto de vista associativo, apresentando o indicador de 437 pessoas por associação. Em contrapartida, a Região Norte apresenta o maior indicador (1.123), apresentando uma baixa atividade associativa do ponto de vista de quantidade de associações. O Estado com a maior postura de prática associativa é Santa Catarina (378) e o Estado com a menor postura é Amapá (1.712). A relação de pessoas por associação é um indicador de desempenho que pode contribuir para a identificação de práticas associativas de sucesso, assim como pode ser utilizado como uma referência para identificar os estados deficitários e conhecer as razões por apresentarem taxas tão díspares entre si.

O Espírito Santo aparece 5º lugar (550), ficando atrás apenas dos 03 Estados da Região Sul e de Minas Gerais. O Espírito Santo tem maior atividade associativa que a média do país (656) e que a média da própria região Sudeste (625). As informações apresentadas permitem constatar que, a despeito do crescimento vertiginoso das ações e instituições a partir da Constituição de 1988, é nítido constatar a heterogeneidade e a desconexão das práticas associativas no Brasil. Essas duas características explicam as contradições sociais na defesa dos interesses públicos específicos. Características por sua vez totalmente legítimas na prática democrática. O ponto principal dessa discussão é em que medida o fortalecimento do associativismo fortalecerá as instituições democráticas. Essa discussão merece outro estudo, em outro momento.

Voltando para a identificação das características do universo associativista, também é possível constatar as diferenças entre as posturas associativas entre os Estados da Federação; as diferenças entre as posturas associativas quando se considera cada prática associativa isoladamente. À primeira vista, o marco regulatório trata basicamente da forma de remuneração e relacionamento das associações

com o setor público e privado, dedicando pouca ou nenhuma importância para as características estruturantes e estruturais do setor associativo no Brasil.

ASSOCIATIVISMO NO ESPÍRITO SANTO: ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre as ações associativas, foram entrevistadas pessoas responsáveis pela atuação de 03 instituições localizadas no Espírito Santo, tendo como unidade de análise associações que tenham a defesa de interesses específicos como forma de melhorar as práticas dentro do sistema político vigente e que tenham como características ações de caráter reivindicativo à partir de uma articulação e interlocução com os poderes constituídos. O roteiro (semiestruturado) contou com um total de 06 perguntas, sendo o primeiro bloco considerado mais conceitual sobre democracia, participação e representação. O segundo bloco, mais pragmático e voltado para a ação associativa, perguntou sobre as ações, resultados e perspectivas dos movimentos que hoje representam.

Além das entrevistas individuais em profundidade, foram objetos de análise os respectivos Estatutos Sociais das instituições; notícias e pesquisas de opinião que retratem ou confirmem os argumentos aqui apresentados e relatórios de atividades anuais, que se trata de um documento formal de prestação de conta das instituições.

Associação	Foco	Abrangência
ES em Ação	Contribuir para o desenvolvimento do Espírito Santo	Estadual
Transparência Capixaba	Acompanhamento dos gastos públicos	Estadual
Quilombola: Sapê do Norte	Defesa dos interesses dos negros descendentes de escravos	Estadual

Quadro 1 – Instituições alvo do estudo de caso

Fonte: elaboração do autor

Associação ES em Ação - em sua apresentação institucional, o ES em Ação se descreve como uma “instituição atuante e incentivadora das boas práticas de desenvolvimento sustentável, formada por empresas, empresários e intelectuais que acreditam no Espírito Santo.” (RELATÓRIO ANUAL 2013). Os valores descritos no seu propósito são: Democracia, Educação e Construção da Consciência Cidadã, Ética e Transparência, Moralização das Relações Público-Privadas, Economia de Mercado e Respeito ao Estado de Direito. Os associados do ES em Ação são em sua maioria diretores e executivos de grandes e médias empresas situadas no Espírito Santo. A aderência do ES em Ação com o tema do estudo fica explícito quando se destaca o seu objetivo de implementação de políticas públicas com alcance econômico,

político e social, a construção de uma rede de relacionamento empresarial, e de formar lideranças que sustentem a formação de ideias inovadoras e coerentes com o futuro que planejamos. Não obstante, ser do segmento empresarial não significa necessariamente apenas defender os interesses dos empresários. Um resultado mais expressivo das ações desta instituição foi promover a retomada das práticas de governança pública ao Estado do Espírito Santo após eleições municipais de 1998. Inclusive, sobre as ações associativas e os benefícios para o regime democrático, o entrevistado do Es em Ação faz referência diagnóstico do momento político do Espírito Santo que culminou na fundação da instituição:

Elementos Constitutivos da Crise Atual (crise no Governo do Es ao fim de 1998): a – a crise política e institucional, com perda, por parte do governo do estado, de credibilidade e capacidade de liderança. b - a situação de ruptura nas relações público – privado: crise de interlocução; c- existe uma clara crise de representação política, com o descolamento dos representantes políticos dos anseios da população. d- ausência de um projeto para o Estado e- Ausência de lideranças empresariais com capacidade de mobilizar reações à crise. (Documento Síntese 2002).

O entrevistado utiliza do conceito de fragmentação e heterogeneidade na sociedade para analisar o papel da representatividade política, fazendo uma relação como que denomina de representatividade “não-institucional”. A fragmentação ele justifica através das diferenças étnicas e econômicas entre as pessoas. E essas diferenças levam à uma heterogeneidade tanto das demandas quanto das formas como essas demandas se manifestam. A isso ele denomina de “*grupos de pressão*”.

Para o entrevistado um dos problemas políticos no Brasil hoje é a relação institucional de representação entre o setor público e o setor industrial, onde o modelo de hoje ainda é o modelo concebido na Era de Getúlio Vargas e que isso é um dos entraves para a questão democrática. Ele fala de uma relação de apadrinhamento e defesa de interesses próprios, sem uma forma específica de cobrança, chamando a atenção para a necessidade de independência e autonomia na gestão das associações. Isso implica em maior capacidade de pressão das associações.

Associação Transparência Capixaba: a Transparência Capixaba é uma entidade não-governamental, sem vínculo político-partidário e que não recebe verbas públicas. Criada em 2001 com o objetivo de lutar pela transparência pública, combater a corrupção, defender o controle social técnico e da sociedade, defender a participação popular e estimular a conscientização sobre esses temas. A proposta inicial foi buscar dar alguma contribuição para ajudar a resolver o problema ligado à gestão e gasto público e não esperar somente por uma ação do Estado.

Sobre os conceitos de democracia, representação e participação:

Nós temos um problema sério de crise de democracia representativa. Não apenas no Brasil, como também em nível internacional. Nós temos uma sociedade muito complexa hoje. Interesses e demandas muito amplas. Uma diversidade muito grande de questões que são colocadas, e o poder público tem se mostrado incapaz de responder a isso. Eu fico me lembrando, tem um sociólogo americano,

Daniel Bell, que faz uma discussão sobre a globalização, que diz que “o Estado é muito grande para atender as pequenas questões do cidadão, e muito pequeno para enfrentar os grandes problemas que a humanidade apresenta”. Então esse é o grande dilema

Sobre o objetivo social do instituto, o entrevistado da Transparência Capixaba respondeu:

A população precisa participar até das decisões macro. Lógico, o encaminhamento operacional de como você vai transformar as decisões macro em políticas públicas. É difícil para o cidadão participar desse processo. Com sociedade de massa. Aqui mesmo no município de Vila Velha. Mas nas questões macro é que ainda mais importante. Hoje não acontece essa participação. Ocorre um pouco no processo eleitoral. Apesar de existir uma contaminação por um certo personalismo (político), fica uma disputa entre personalidades. E acaba que as discussões fundamentais ficam um pouco perdidas. Nós precisamos construir mecanismos que permitam essa discussão de uma forma mais efetiva. Para o cidadão não se sentir como se tivesse dado um cheque em branco. Seja para o Legislativo seja para o Executivo. Hoje o cidadão vota no seu representante e não tem retorno.

A proposta da Transparência Capixaba consiste em mobilizar a sociedade capixaba para que os casos de corrupção no Espírito Santo que ficam, muitas vezes, sem punição e caem no esquecimento por falta de empenho das autoridades e de cobrança social. No entanto, a Transparência não pretende substituir as instituições capacitadas para combater a criminalidade e a corrupção, mas sim mostrar à sociedade que a administração pública pode funcionar desde que haja controle e que os cidadãos exerçam vigilância constante. O perfil dos associados é predominantemente formado por profissionais ligados à área jurídica, especialmente advogados, juízes, professores universitários, jornalistas e membros da promotoria pública. O objetivo da Transparência é promover o debate e estimular a participação popular com relação ao uso dos recursos públicos, sem com isso ocupar o lugar institucional dos poderes instituídos.

Associação Quilombola: segundo o INCRA, as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas. Até a década de 1970, na região do Sapê do Norte, como era conhecida a região nordeste do estado do Espírito Santo – municípios de Conceição da Barra e São Mateus – existiam cerca de 10 mil famílias negras rurais, reunidas em aproximadamente 100 comunidades. Hoje, restam apenas cerca de 1.500 famílias negras rurais, reunidas em 20 comunidades, que vêm resistindo a todo tipo de pressão para manterem suas minúsculas propriedades e sua cultura.

Para a entrevistada desta instituição, a maior luta é pelo reconhecimento dos moradores da sua comunidade pelo título de cidadão. A luta pela democracia nesse momento tem o foco para a garantia de direito ao acesso mínimo aos serviços do estado.

A aderência das ações da comunidade do Sapê do Norte com o tema do estudo fica explícito na sua luta pela conquista ao direito de cidadania, através do reconhecimento da sua herança com as terras que ocupam e com o passado de escravidão ao qual os ancestrais da comunidade foram submetidos. A entrevistada do Sapê do Norte deixa claro que a proposta inicial é buscar defender os interesses básicos (direito a saúde, educação, benefícios sociais como qualquer brasileiro).

A entrevistada avalia como positivo o crescimento quantitativo das comunidades reconhecidas “*não podemos nem ser mais considerados como minoria, somos muitos*”. Por outro lado, a preocupação com o título da terra tirou o foco do movimento na organização das próprias comunidades, especialmente para as questões produtivas de geração de trabalho e renda. Esse problema tomou dimensões maiores e afeta inclusive a imagem do próprio movimento Quilombola. A entrevistada considerou esse fato um erro estratégico na condução do movimento.

Por outro lado, o reconhecimento da comunidade através do Decreto Nº 4.887 trouxe o sentimento de incorporação cidadã às pessoas. Contando inclusive com repasses financeiros institucionais para os municípios onde as comunidades se localizam, com percentuais para a saúde e educação. Nesse aspecto é possível identificar outro ganho do movimento, onde a reivindicação associativa foi capaz de promover a inclusão formal de toda uma comunidade com ganhos concretos em áreas como a saúde e a educação.

A análise dos estatutos das associações entrevistadas chama a atenção para seus respectivos perfis serem todas de instituições não governamentais, não terem vínculo político e partidário e, terceiro, não receberem verbas nem do setor público e nem do setor privado, o que garante a autonomia reivindicativa. Essas três características ao mesmo tempo em que fazem parte do conceito jurídico de uma associação, afasta o associativismo dos critérios que definem a teoria deliberativa, que determina uma relação mais integrativa com o setor público. Pelas entrevistas realizadas o associativismo exige um grau de independência e de autonomia em suas ações que a deliberação (decidir junto com o poder público) não permite.

Por outro lado, a prática associativa encontra limites em sua esfera de atuação e de influência. Por exemplo, o Movimento ES em Ação ter decidido intervir no quadro político estadual não deu à associação o poder de determinar o vencedor no processo eleitoral. E ter contribuído com o Plano Estratégico do ES não deu ao ES em Ação autonomia para decidir sobre as decisões governamentais.

A primeira impressão deixada nas entrevistas é que as associações podem ser descritas como mecanismos de defesa ao regime democrático, funcionam de maneira independente e estão sempre prontas a atuar à medida que alguma ameaça ao sistema aparece: a Transparência Capixaba e o ES em Ação surgem no mesmo momento político e pelas mesmas razões, porém com objetivos institucionais diferentes. O Movimento Quilombola por sua vez surge para legitimar uma história e integrar na perspectiva cidadã um segmento social específico da sociedade.

Os próprios entrevistados alegam em suas entrevistas essa característica da prática associativa, em agir em defesa dos princípios democráticos. Essa constatação remete a outra pergunta: em que medida a atuação associativa reforça o regime democrático? Uma resposta direta a essa pergunta nos parece de certa forma arriscada. Nos parece arriscada por conter em sua gênese uma aparente contradição, que poderá ser explicada através de outra pergunta: o associativismo age em defesa dos princípios democráticos ou, por outro lado, o associativismo age em defesa de interesses específicos de grupos sociais? Não poderia ser essa atividade (a defesa de interesses específicos) em essência, o próprio espírito da prática democrática? Um crítico observador poderá então contra argumentar: então poderiam existir grupos com interesses específicos em acabar com o próprio regime democrático? Sim, poderiam existir e existem. Esse é um risco que a própria democracia permite existir. Aja vista a Alemanha do início do século passado.

As ações associativas ora são fortalecidas pelo *status quo* do regime político e ora acabam fortalecendo esse mesmo *status quo*, num movimento nem sempre simples de se observar, aparentemente contraditório, mas que faz sentido se pensarmos o regime democrático enquanto processo, enquanto mecanismo vivo sempre em busca de melhorias. Assim nos parece ser a atuação do associativismo enquanto mecanismo de participação e de representação política. Uma prática reivindicatória em busca de direitos que possam garantir, em última análise, a própria manutenção do regime democrático.

As entrevistas foram importantes na melhoria do entendimento sobre a visão do movimento associativo com relação à sua postura diante dos poderes instituídos. O movimento associativo pesquisado se enxerga de fato como uma instância de participação e de representação política local e os resultados das suas ações reforçam essa percepção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo procurou discutir o associativismo numa perspectiva de contribuição ao regime político democrático vigente, debatendo qual a importância do associativismo enquanto ferramenta de participação política, qual a representatividade nacional das associações através da análise de dados secundários e os exemplos de ações concretas do associativismo através de estudos de caso junto à três associações com atuação no Espírito Santo.

As associações pesquisadas apresentaram exemplos concretos de ações e de conquistas institucionais em função das suas respectivas ações: o ES em Ação cita o acompanhamento de um processo eleitoral como forma de reestabelecer o quadro de governança do poder político local; a Transparência Capixaba cita a presença da adoção de novas práticas governamentais para permitir o acesso irrestrito do cidadão comum

a qualquer informação sobre os gastos públicos, atitude que levou a própria gestão pública a rever as suas práticas de gestão, possibilitando assim maior aproveitamento dos recursos públicos; a comunidade do Sapê do Norte fala do reconhecimento da cidadania do negro que mora nas comunidades Quilombolas, contando com repasses financeiros institucionais para as prefeituras onde as comunidades estão inseridas.

Esses três exemplos procuram evidenciar a utilidade do associativismo em ajudar no monitoramento das práticas do poder público institucionalizado e que não necessariamente as associações precisam estar dentro do poder instituído para realizar tais práticas. Aliás, o fato de estarem afastadas das instituições formais é o que permite a essas associações uma postura de reivindicação mais concreta.

A análise empírica das informações permitiu identificar que o funcionamento da associação não necessariamente guarda vínculo direto com a questão social, no que se refere por exemplo a distribuição de renda e redução das desigualdades sociais. As entrevistas realizadas indicam que o associativismo guarda vínculo com a questão de defesa de interesses. A Transparência Capixaba tem como objetivo evitar a corrupção. O ES em Ação tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social. Os Quilombolas querem que o reconhecimento se transforme em benefícios historicamente negados a eles. O associativismo não necessariamente nasce com o espírito de combater a desigualdade social. O associativismo também é motivado para colaborar na resolução dos problemas de funcionamento dos poderes instituídos, em outras palavras, um problema que o associativismo enxerga como uma ameaça direta para a sociedade.

O associativismo estudado usa dos critérios democráticos de direito civil e de liberdade individual para garantir a sua pauta de reivindicações, ao mesmo tempo em que fortalece esses mesmos critérios dentro do regime político. Essa característica do associativismo leva a reflexão sobre um novo indicador da qualidade democrática, que seja quantitativamente o número de associações de natureza reivindicatória, suas áreas de atuação e as conquistas para a sociedade de tais ações e, do ponto de vista qualitativo, mensurar as razões pelas quais o associativismo nasce e se mantém tão vivo no seio da sociedade, sendo conduzida por grupos de indivíduos das mais diversas formações profissionais e sociais.

Em função da metodologia de pesquisa adotada (estudo exploratório e estudo de caso com ênfase em entrevistas individuais) todas as considerações realizadas nesse momento não possuem poder de generalização para o setor associativo. Ou seja, as informações não são conclusivas acerca do tema. É possível pensar numa agenda de pesquisa que tenha como objetivo investigar o perfil de formação dos associados; as áreas de atuação e as práticas associativas no Espírito Santo; a visão dos líderes das associações com relação à participação e representação política; identificar os principais gargalos na manutenção do associativismo e nas perspectivas futuras; identificar as oportunidades e ameaças ao associativismo, para ficar em alguns exemplos de questões pertinentes que surgiram ao longo da pesquisa

desta dissertação. Outra linha de pesquisa é a caracterização do setor, a partir de uma classificação das atividades que possam de fato diferenciar as associações de outras instituições não governamentais, mas que possam, sobretudo, diferenciar as atividades dentro das próprias associações que tem como finalidade a defesa de algum interesse específico.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. (Capítulo 11)

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo. Revista Lua Nova. Nº 39. 1997

BRELAZ, Gabriela. Os Desafios da Participação e da Representação: Uma Análise da Comissão de Legislação Participativa. Encontro de Administradores Públicos e Governança. 2008.

DAGNINO, E (organizadora) – Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8ª edição. Curitiba: Positivo, 2010.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro (2013). Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. Revista Debates, v. 7, n. 1, p. 229-243.

IBGE: As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. Rio de Janeiro, 2012.

LÜCHMANN, Ligia M. Modelos Contemporâneos De Democracia e o Papel Das Associações. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 59-80, out. 2012.

_____. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 20, Nº 43: 59-80 OUT. 2012

_____. Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Campinas, SP. 2002

_____. Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. Abril: 2013. UNESP

MOISÉS, José Álvaro (2010). *A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas*. MOISÉS, José Álvaro (org.). Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP.

_____. In Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil. LAPOP.

Movimento Empresarial ES em Ação: <http://www.es-acao.org.br/>

Movimento Quilombola: <http://www.palmares.gov.br/>

PATEMAN, Carole (1992). *Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole: uma teoria participativa da democracia*. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática, São Paulo: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura S. (org.) Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América: leis e costumes. Martins Fontes. São Paulo: 2005.
Transparência Capixaba: <http://transparenciacapixaba.org.br/>

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-166-4

